

SOBRE O GOSTO LATINO

MONICA RECTOR ENTREVISTA EN RÍO DE JANEIRO

AL POETA AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA

Monica Rector: *O que lhe vem à mente quando se fala de “gosto latino”?*

Affonso Romano de Sant’Anna: A questão do “gosto latino” está ligada a uma questão epistemológica. Ou seja, a partir de que ponto de vista está se falando de “gosto latino”? A partir do gosto norte-americano e europeu? Ou a partir de uma ótica latina? Portanto, a melhor maneira de ir respondendo a essa pergunta é com outras perguntas. Como os latinos se vêem? E quando o fazem, o fazem através de qual lente? Existe um olhar puro ou todo olhar vem acompanhado de uma bibliografia, de uma ideologia, de uma interpretação, de uma distorção ou construção histórica?

MR: *Você que já viveu nos Estados Unidos, tem alguma experiência biográfica sobre essas questões?*

ARS: Sim tive experiências dentro e fora da sala de aula. Por exemplo: lembro-me que ao terminar uma aula na UCLA, em torno de 1965, fiz uma citação de Camões. E como desconfiava que os alunos talvez não tivessem intimidade com aquele nome ou o que ele significava dentro da cultura de língua portuguesa, resolvi dar umas sumárias explicações, dizendo inclusive que Camões escrevia em português e espanhol. Então, lhes perguntei, já que muitos estudavam espanhol, se alguém ali sabia porque

Camões escrevia em espanhol e português: “Eu sei, disse um aluno no fundo da classe. Ele escrevia em espanhol e português, porque não sabia inglês”.

Foi, obviamente, uma piada ideologicamente representativa de uma visão cêntrica. O mundo visto a partir da cultura americana. Isto coincide com o que ocorre no Japão: lá os mapas das escolas são bem diversos dos mapas americanos e brasileiros, lá o Japão ocupa o centro do mapa e não a periferia, como em nossos países.

Posso lhe dar outros exemplos. Eu só virei “latino” quando fui aos Estados Unidos: estava tendo um “date” com uma americana que um dia me confessou que seus parentes estavam muito preocupados que ela estivesse saindo com um “latino”.

Da mesma maneira uma outra namorada americana me fez sentir “latino” positivamente, ao dizer que eu lhe fazia uma porção de gentilezas que nem passavam pela cabeça dos namorados americanos. Em outros termos, é o olhar do outro, é o discurso do outro que vai configurando também a sua consciência, o seu modo de ser e de estar. E depende de você ajeitar-se confortável ou inconfortavelmente nesse olhar do outro. Ou, às vezes, depende também de você até de modificá-lo.

MR: *Há um gosto latino?*

ARS: Há. Como há um japonês e um americano, e dentro desses conjuntos, vários subconjuntos, o gosto de alguém em Tóquio ou na província *distante de Tóquio*, em Nova York ou no Texas.

Somos feitos e estamos impregnados dos cheiros, dos sabores, das cores, dos sons e paisagens da infância. E essas sensações tornam-se mais vivas quando contrastadas com as de outras culturas. Voltar para casa é voltar a essas sensações primeiras.

Um professor brasileiro nascido no Ceará, contou-me que não resistiu ficar em Cologne, na Alemanha dando aula. Não suportou o silêncio. O silêncio das ruas, o silêncio das casas. O silêncio da vida. Ele vinha de uma cultura barulhenta, com galos cantando, vizinhas falando, buzinas, a melodia do vento nas folhas das palmeiras, os vendedores ambulantes nas ruas, crianças gritando pelas calçadas.

MR: *Essas questão do “gosto latino” não corre o risco de misturar com a questão da “essência e aparência”, de que trata a metafísica?*

ARS: Eis um ponto importante. Estou me lembrando que até os anos 60 as pessoas citavam muito aquela frase de Ortega y Gasset, de que somos nós e nossas circunstâncias. A observação tem ainda seu interesse. Veja bem.

Estou me lembrando da Conferência dos Chefes de Estado Latino-Americanos, que se realizou duplamente na cidade do México e em Acapulco, em 1987. Além das conferências dos presidentes dos respectivos países, estávamos lá também um grupo de intelectuais capitaneados por Octavio Paz discutindo as sempre mesmas e intermi-

náveis questões em torno de nossa identidade. Lembro-me, então, de Leopoldo Zea, o pensador mexicano, reafirmando algo que já havia posto em outros escritos seus, dizendo que a América, na verdade, não foi “descoberta”, senão “recoberta”.

Era uma afirmação arguta, desnorteadora, uma espécie de reformulação epistemológica sobre nossas origens. Assim dito, nossa história teria que ser revista. Não teria se iniciado, como julgavam os europeus, quando eles aqui chegaram, considerando-se, portanto, todo o passado como aquela “tábula rasa”, como se os indígenas não tivessem qualquer espécie de história. Nessa perspectiva quase geológica de Zea, a América teria recebido diversas camadas civilizatórias, com tudo que implicam de devastação, ocultamento, soma e progresso. Camadas históricas perpetradas por portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses, alemães e, recentemente, americanos. Dessa perspectiva geohistórica, fazer história então era descobrir essas camadas, procurar nelas e/ ou antes delas a nossa identidade.

É um pensamento instigante, mas que, por outro lado, deixa entrever a ingênua idéia de que haveria um “princípio”, uma “origem”, uma “arché” como diria Derrida, uma América pura e original que pudesse ser idealmente resgatada.

Claro que essa teoria do “recobrimento” ao invés da do “descobrimento” tem a vantagem de reavaliar a cultura indígena anterior a 1500 e entender que as culturas ágrafas e chamadas primitivas, também são cultura, que cultura não começa quando chega o invasor com seu alfabeto, suas armas e religião. Como já dizia Levi-Strauss, as culturas ágrafas também têm seus sábios.

Lembro de um cacique da tribo guarani que conheci, cujo nome em sua língua significava “Deus pequeno”. Foi dos maiores oradores que já ouvi e confessava ter aprendido a ler lendo a *Seleções Reader Digest*. Pois discursando para o papa João Paulo II, na Amazônia, em 1980, impressionou o Sumo Pontífice de tal maneira, que este queria saber qual a formação do índio. Nesse seu discurso, sem ter lido Leopoldo Zea, entre outras coisas ele dizia: “Dizem que o Brasil foi descoberto, o Brasil não foi descoberto, não, santo padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Esta é a verdadeira história do nosso povo, santo padre”.

MR: *Você teria algum exemplo contemporâneo que ilustra o choque de culturas?*

ARS: Olha, os mais conservadores falam de “choque de culturas”, os mais democráticos falam de “diálogo de culturas”.

O filme BABEL do mexicano Alejandro Gonzales-Íñárritu é ilustrativo dessas questões em torno do choque e do gosto. Cruzada a fronteira do México para os Estados Unidos, a cena muda totalmente: barulho, movimento, mistura de gentes, pessoas falando alto, enfim, uma festa com comida, bebida e desregramentos. Aparentemente o espaço latino, visto de fora, seria o espaço da desordem, quando, em verdade, é sobretudo, o espaço de uma outra ordem com regras bem explícitas.

Aqui ressurge a velha questão do “eu” e do “outro”, da percepção do “diferente”.

MR: *O gosto muda e como?*

ARS: Muda. Culturalmente se altera. Hoje em dia com a avassaladora influência da televisão, cinema e internet, uma pessoa no Himalaia ou na Amazônia vira consumidora de todo o “trash” produzido pela indústria cultural.

A questão do gosto hoje tem que ser estudada em relação às forças exteriores que o impõem e o modificam. Antes, quando a história era mais lenta, as aldeias e países viviam estaticamente em torno dos mesmos rituais e crenças. Hoje há uma verticalização, no sentido que as culturas mais fortes economicamente impõem seu universo simbólico e seus valores. Assim, num casebre na Amazônia alguém estará assistindo a entrega do Oscar em Los Angeles, quase rotineiramente.

A essa verticalização dominadora corresponde um movimento horizontalizante que ao mesmo tempo em que democratiza a informação impõe a quantidade no lugar da qualidade. Mas existe no mundo hoje também uma forte reação para abrir espaço para o “gosto” das periferias. Queremos ler o que um romancista do Afeganistão tem a dizer; queremos saber a opinião de um intelectual palestino; como é que diretores de cinema na China produzem o maravilhoso e o fantástico; como um romancista do Marrocos ou da África do Sul pode nos revelar o que há de essencial no mundo além e aquém dos odores, ruídos, sabores e diferenças sócio-econômicas.

Neste sentido, o filme BABEL é de novo exemplar. É um mexicano com seu olhar periférico e globalizado sobre o Marrocos, Japão, Estados Unidos e México.

MR. *Como contador de estórias, em suas crônicas, você pode compartilhar uma com o leitor? Uma que fale da questão da “ identidade”, dessa tensão entre o eu e o outro?*

ARS: Conta Carlos Fuentes que, no verão de 1967, encontrou-se com Vargas Llosa num “pub” de Londres. Começaram a conversar sobre um livro que os havia impressionado - “Patriotic Gore”, onde Edmundo Wilson fazia o retrato de diversos personagens da Guerra Civil Americana. Imaginaram, então, que se poderia fazer algo semelhante a respeito da América Latina, só que, no caso, deveria ser um livro onde se retrataria uma série de ditadores latino-americanos.

Pensaram num livro escrito a várias mãos chamado *Os pais das pátrias*. Queriam descrever, por exemplo, o general mexicano Santa Anna, o perneta que gostava de rinhas de galo e que perdeu para os Estados Unidos grande parte do país; o ditador venezuelano Juan Vicente Gomes, que para testar seu poder, teve a ousadia de anunciar a própria morte, para poder, vivo, punir aqueles que a celebrassem. Também iria figurar nesse livro Maximiliano Hernandez Martinez que combateu uma epidemia de escarlatina em El Salvador, mandando envolver as lâmpadas dos postes com papel vermelho. Outro ditador seria o boliviano Enrique Penaranda, sobre quem a mãe arrependida disse: “Se eu soubesse que meu filho iria ser presidente , eu o teria ensinado

a ler e a escrever”. Outro ainda seria o paraguaio José Gaspar Rodrigues Francia, que nomeou-se a si mesmo “Ditador Perpétuo”, reinando entre 1816 e 1840, proibindo que o Paraguai comerciasse com qualquer país ou que qualquer pessoa recebesse cartas do estrangeiro.

A idéia era comentar o presente através do passado e para tanto iriam convidar uma dúzia de escritores latino-americanos. Cada um escolheria seu “tipo inesquecível”, o seu ditador “preferido”, e escreveria sobre ele uma novela de umas cinquenta páginas. Assim foram convocados Augusto Roa Bastos (Paraguai), Julio Cortázar (Argentina), Miguel Otero Silva (Venezuela), García Márquez (Colômbia), Alejo Carpentier (Cuba), Juan Bosh (República Dominicana), José Donoso (Chile) e ainda do Chile -Jorge Edward, não se sabe se por falta de romancista boliviano à mão ou por excesso de ditadores na Bolívia.

Olhando à distância este projeto seria legítimo indagar se não haveria nessas escolhas uma vocação para o surrealismo, para o fantástico, não apenas na realidade, mas na própria imaginação dos ficcionistas. Isto, aliás, justifica uma leitura carnalizada de nossa história como tantos têm feito na ensaística, a exemplo de Octavio Ianni em “Carnavalização e tirania”, quando considera uma série de obras que analisam parodisticamente nossa realidade política, econômica e cultural.

Seja como for, o Brasil não aparecia naquele projeto de Fuentes e Vargas Llosa. Evidentemente não é por falta de ditador ou de escritor. O fato é que a idéia parecia sedutora e logo um editor francês, Gallimard, se interessou. Contudo, passado algum tempo, o projeto fracassou. Fracassou em parte, porque pelo menos três romancistas cumpriram a promessa, e até melhor, se entusiasmaram e transformaram as simples novelas em romances: García Márquez –*O Outono do Patriarca*–, Roa Bastos –*Eu, o Supremo*– e Alejo Carpentier –*Razões de Estado*–.

Tomei conhecimento desse projeto dos anos 60, nos anos 80 quando o panorama político na América Latina já não era mais aquele das utopias revolucionárias de nossa juventude. Aí assistia-se a uma discussão entre Vargas Llosa e García Márquez a respeito do mesmo tema. Agora, no entanto, em posições conflitantes. Vargas Llosa acusava Márquez de ser amigo de Fidel e pactuar com a ditadura comunista. Na mesma direção de Llosa ia Octavio Paz. O continente cultural começou a tomar partido. O correspondente na América Latina para o *The New York Times*, Alan Riding, em 1983, escreveu um longo ensaio “A revolução e os intelectuais na América Latina”. Até o alemão Gunter Grass se viu envolvido na polêmica. Passados vinte anos da década de 60, a questão já não era tão simples como naquele pub londrino. Já não se tratava como ponderava Fuentes de saber se o romancista pode competir com a história e construir personagens mais fascinantes que esses desvairados ditadores latino-americanos.

MR: *Você diria, então, que é possível fazer uma certa “arqueologia” dessa questão da “origem”, dessa tensão entre o eu e o outro, o nativo e o estrangeiro?*

ARS: É sempre didático retomar aquele incidente que alguns ensaistas (como Tzvetan Todorov, *A conquista da América*) mencionam e interpretam, do primeiro diálogo entre o colonizador e o indígena americano.

Diz-se que quando Colombo aportou na América Central, seus homens desceram à terra e tentaram estabelecer contato com os locais. Então, vestidos de arrogância européia perguntaram normalmente em sua língua, em espanhol, àqueles índios: “Que país é este?”. Os índios responderam: “Ma c’ ubath than”. Os marinheiros de Colombo entenderam. “Yucatan”. Acharam que tinham chegado num lugar chamado Yucatan, e de fato acabaram pondo o nome de Yucatan naquelas terras. No entanto, o que os indígenas estavam dizendo era outra coisa. “Mac’ ubatdh than” significa: “não estendemos o que vocês estão dizendo”.

Isto significa que o primeiro diálogo aqui travado entre um europeu e um índio foi um equívoco, um não-diálogo. Um falava uma coisa, o outro respondia outra. E desse deslizamento de significados discursivos foi se fazendo a história. Por isto, é que estudar História é rever os discursos, as chamadas “ formações discursivas” de que falava Foucault, ou os discursos linguísticos mesmo, como diz a Linguística e a Teoria da Literatura.

Verdade seja dita que depois de Colombo a expedição de Cortez trouxe já alguns intérpretes e quando Cabral chegou ao Brasil trouxe alguns homens que falavam até seis línguas e deixou pelas praias vários condenados para que aprendessem o idioma indígena e servissem de intérpretes para os futuros desembarques dos colonizadores.

Curioso como 500 anos depois, no Brasil de hoje, ainda se pode ter a sensação do que teriam sentido os índios quando aqui chegaram os europeus. Há poucos anos, no Brasil, quando começou a tentativa de colonização do território dos ianomânis, na Amazônia, tomamos conhecimento do que falou um desses chefes indígenas: “Quando os avistei (os homens brancos), chorei de medo. Pensei que eram espíritos canibais e que iam nos devorar. Eu os achava muito feios, esbranquiçados e peludos. Eles eram diferentes que me aterrorizavam. Além disto, não compreendia nenhuma de suas palavras emaranhadas”.